



Affonso Camargo — Engenheiro civil, tem 60 anos e começou a vida pública como vice-governador do Paraná, de 1964 a 1965, pelo PDC. Em 1979, pela Arena, assumiu uma cadeira no Senado pelo antigo sistema biônico. Foi ministro dos Transportes do governo Sarney, escolhido por Tancredo Neves, e deixou o cargo depois de oito meses, para concorrer às eleições de 1986. Foi eleito senador constituinte pelo PMDB do Paraná. No meio dos trabalhos da Constituinte deixou o partido e se filiou ao PTB, já de olho na sucessão do presidente José Sarney. Passou a fazer oposição frontal ao atual governo defendendo o parlamentarismo e cinco anos de mandato. É de centro-direita.

□ O candidato do PTB, Affonso Camargo, tem as prioridades de seu programa de governo sintetizadas em um trevo de quatro folhas, onde cada uma delas representa: saúde, educação, alimentação e habitação. O candidato, que se auto-denomina “o pai do vale-transporte”, garante que, se eleito, conduzirá “com firmeza a retomada do crescimento econômico”. Enquanto o País não chega lá, Camargo propõe medidas paliativas como: o vale-creche e o vale-almoço.

Camargo, que não respondeu a todas as questões do JBr, afirma que, se eleito, instituirá um Salário Mínimo que esteja de acordo com os preceitos constitucionais, ou seja, o suficiente para “suprir” as necessidades básicas dos trabalhadores. Em um primeiro momento, pretende recuperar o salário real, “muito achatado nos últimos anos”; em seguida, elevar os níveis do poder aquisitivo. Mas não diz o valor que pretende atingir.

Acredita que a iniciativa privada pode participar independentemente nos setores da educação e da saúde. Também afirma que tomará “as providências necessárias para a erradicação do analfabetismo, garantia de ensino de 1º e 2º graus e profissionalizante”.

Quer promover “ampla reforma” na política de incentivos fiscais que “sacrifica” a arrecadação da União. Camargo já tem, inclusive, um projeto para este setor: pretende priorizar os incentivos e subsídios do setor agrícola, por entender que é do “desenvolvimento da agricultura que depende o equilíbrio econômico do País”. Abastecendo o mercado interno, afirma: “Não teremos problemas de outra natureza”.

Pretende executar uma política de favorecimento aos investimentos de capital estrangeiro, apesar das restrições impostas pela Constituição. Este estímulo representa “desmontar os trâmites burocráticos que dificultam a entrada e saída de capital estrangeiro”. Acha que não é necessário qualquer tipo de “proteção às empresas de capital nacional, por considerá-las capazes de retomar o crescimento “se o governo deixar de estimular a especulação financeira”.

Defende o parlamentarismo, mas não diz se é a favor ou contra a antecipação do plebiscito previsto para 1993.